



6º Encontro Internacional de Política Social
13º Encontro Nacional de Política Social
Tema: Duzentos anos depois: a atualidade de Karl
Marx para pensar a crise do capitalismo
Vitória (ES, Brasil), 4 a 7 de junho de 2018

Eixo: Fundamentos teóricos da política social.

**PRODUÇÃO DO CONHECIMENTO EM SERVIÇO SOCIAL SOBRE
POLÍTICA SOCIAL**

Ângela Kaline da Silva Santos¹

Lucicleide Cândido dos Santos²

Bernadete de Lourdes Figueiredo de Almeida³

Resumo: Este estudo trata-se de uma análise da Produção do Conhecimento em Serviço Social a partir da metodologia do estado da arte. Resulta de pesquisa bibliográfica realizada a partir das dissertações de mestrado defendidas no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da UFPB nos anos de 1982 a 2010, vinculadas à área de Política Social. Os resultados atestam que a área de concentração de Política Social compõem 78,2% (183) das dissertações de mestrado defendidas, tendo prevalência nas produções do PPGSS/UFPB em relação à área de concentração de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social com 21,7% (51). A análise das Políticas Sociais indica a contribuição do Serviço Social para a compreensão dessa realidade e das demandas profissionais postas.

Palavras-chave: Serviço Social; Produção do conhecimento; Política social.

KNOWLEDGE PRODUCTION IN SOCIAL SERVICE ON SOCIAL POLICY

Abstract: This study is an analysis of the Production of Knowledge in Social Service from the methodology of the state of the art. It results from a bibliographical research carried out from the master's dissertations defended in the Post-Graduation Program in Social Service (PPGSS) of the UFPB from 1982 to 2010, linked to the Social Policy area. The results show that the concentration area of Social Policy compose 78.2% (183) of the dissertations defended, with prevalence in the PPGSS / UFPB productions in relation to the Social Work Theoretical-Practical Rationale with 21, 7% (51). The analysis of Social Policies indicates the contribution of the Social Service to the understanding of this reality and of the professional demands placed.

Keywords: Social service; Knowledge production; Social policy.

Introdução

No início dos anos de 1970, as economias industrializadas baseadas no pacto fordista/keynesiano apresentam os primeiros sinais de esgotamento, chegando ao fim o padrão de crescimento que, por quase três décadas, sustentaram o pacto de classes expresso no Welfare State, deslançando, assim, uma profunda crise do capitalismo que perdura até os dias atuais.

¹ Graduando em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <s.social.angela@gmail.com>.

²Graduanda em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <lucicleidec1@gmail.com>.

³ Doutora em Serviço Social, professora do Departamento de Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba. E-mail: <bflalmeida@uol.com.br>.

Esse período é marcado por uma reestruturação produtiva, pautada por uma flexibilização da produção e uma revolução tecnológica microeletrônica "[...] objetivando potencializar a extração de mais-valia relativa, sem prejuízo da extração de mais-valia absoluta" (SANTOS, 2007, p.19). Também é caracterizado pela mundialização da economia, implicando uma mudança da divisão social e internacional das relações de trabalho, combinado a financeirização da economia; e, pela mudança no papel do Estado que adota medidas de cariz neoliberal. Desse modo, as mudanças derivadas dessa crise que eclodem a partir dos anos 1970 e que se intensificam até a atualidade, acarretam transformações não apenas na economia, mas também de ordem política, social e cultural.

Essas transformações societárias ocasionaram também um movimento ideológico, embalado na ideia de que o período contemporâneo não teria mais as bases fundadas no Projeto de Modernidade, mas em um conjunto de novidades históricas - a pós-modernidade, entendida como a "lógica cultural do capitalismo tardio". (JAMESON, 2007)

O Projeto de Modernidade deriva do pensamento racional, no qual o homem tem centralidade como sujeito, aquele que representa a materialidade do real, pautada em noções universalistas e totalizantes, ou seja, nas metanarrativas. (ALMEIDA, 2016)

O pensamento – que alguns autores chamam de ideologia, movimento, cultura - pós-moderno tem como característica, nas palavras de Wood (1999, p. 9), "[...] a ênfase na natureza humana fragmentada do mundo e do conhecimento humano". E assevera que,

As implicações políticas de tudo isso são bem claras: o self humano é tão fluído e fragmentado (o 'sujeito descentrado') e nossas identidades, tão variáveis, incertas e frágeis que não pode haver base para solidariedade e ação coletiva fundamentadas em uma 'identidade' social comum (uma classe), em uma experiência comum, em interesses comuns (WOOD, 1999, p. 9).

O Serviço Social enquanto profissão que tem como especificidade intervir nas expressões da "questão social", portanto, é perpassado pelos desdobramentos dessas transformações societárias, tanto em sua intervenção profissional, quanto na produção do conhecimento gerada pela categoria.

Nesse sentido, esse trabalho se propõe a analisar a produção do conhecimento gerado pelas dissertações de Mestrado defendidas entre os anos de 1982 a 2010 no Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba, que se concentram na área da Política Social.

Caracteriza-se como uma investigação bibliográfica e documental através do uso da metodologia do estado da arte em torno do universo de 234 Dissertações de Mestrado defendidas nas duas áreas de concentração do Programa de Pós-Graduação em Serviço Social/ UFPB, no período de 1982 a 2010. Esse universo encontra-se distribuído em 51(21,7%) dissertações na área da Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social; e 183 (78,2%) na área de Política Social. Conforme aludido, este trabalho circunscreve-se à análise da totalidade da produção das 183 Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB, vinculadas a área de Política Social.

Este processo investigativo adotou a perspectiva teórico-metodológica de cunho histórico-crítico marxista, por apreender a totalidade do objeto de análise a partir da crítica ao desenvolvimento da sociedade capitalista e as contradições geradas na relação capital e trabalho.

Serviço Social e a Produção do Conhecimento

A partir da década de 1970 a produção do conhecimento na área do Serviço Social tem um grande crescimento, juntamente com o surgimento dos primeiros cursos de Pós-graduação na área. Afirma Kameyama (1998, p.03) ao se referir a importância dos cursos de pós-graduação para a produção do conhecimento no Serviço Social “[...] os cursos de pós-graduação constituem-se em espaços privilegiados para a produção de conhecimento e suas atividades estão intrinsecamente ligadas à produção e reprodução da comunidade científica e técnica”.

Além de formar a massa crítica da profissão, a criação dos cursos de pós-graduação em Serviço Social proporcionou a articulação política de um segmento da profissão de grande importância, que passa a exigir um estabelecimento do diálogo com outras áreas do conhecimento (GUERRA, 2011).

Nos anos de 1980 novas exigências são requisitadas da profissão, em sua dimensão teórico-prática. Essas demandas postas à profissão advêm do protagonismo da classe trabalhadora e a ascensão dos movimentos sociais e sindicais nessa década.

Há um avanço na produção do conhecimento em que a tradição marxista aparece como referência básica, indicando uma direção hegemônica da profissão em busca de uma ruptura com o conservadorismo. Nessa direção, tem-se uma proximidade com autores marxistas, além da produção do conhecimento, como na formação profissional,

em trabalhos profissionais. É principalmente, nas pós-graduações em que o diálogo entre as áreas do saber e diversos paradigmas teóricos se consolida, tendo o Serviço Social ganhado espaço no debate intelectual no âmbito das Ciências Sociais no país e no exterior. Nesse período, o Serviço Social também é reconhecido no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e da Fundação Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Referindo-se ainda aos anos 1980, essa década consolidou a maioria do Serviço Social no quesito da elaboração teórica e ídeo-política com a ruptura com o conservadorismo, isso não quer dizer que o conservadorismo foi totalmente superado, ele só não tinha mais legitimidade para se expressar abertamente. (NETTO, 1996)

Na década de 90 a profissão está relativamente consolidada, com um quadro de maturação profissional. Essa maturação do campo da formação é indicada por cerca de setenta unidades de ensino e sete universidades que contavam com programa de pós-graduação (UFRJ, UFPE, UFPB, UnB, PUC-RJ, PUC-SP, PUC-RS). Na produção científica o Serviço Social já possuía biblioteca própria e tinha na academia um espaço de elaboração. Houve um alargamento da presença de profissionais brasileiros em eventos no exterior, principalmente na América Latina, e a presença de estudantes do exterior nos programas de pós-graduação.

Na conjuntura dessa década, marcada pela ofensiva neoliberal “[...] são apontadas alternativas privatistas e refilantropizadas para questões relacionadas à pobreza e à exclusão social” (YAZBEK, 2009, p. 155). Esse momento traz novas temáticas para o Serviço Social. No debate profissional, citam-se três eixos articuladores que pautaram a produção e ação: 1) a Seguridade Social; 2) a Assistência Social como política pública; 3) a municipalização e descentralização das políticas sociais públicas (com a presença do protagonismo de assistentes sociais nos fóruns e conselhos).

Nessa década, a profissão construiu seu Projeto Ético-Político (é o conjunto do Código de Ética de 1993 que reafirma a relação com o projeto das classes subalternas, Diretrizes Curriculares de 1996 e pela Lei 8.662 de 07/06/93 que Regulamenta a Profissão), sob a influência da tradição marxista, numa conjuntura de expansão do neoliberalismo.

Nesse sentido, a ofensiva pós-moderna traduz-se como uma ameaça aos elementos teórico-metodológicos e ídeo-políticos em bases marxistas que percorrem a produção do conhecimento em Serviço Social. Essas inflexões pós-modernas, mesmo de forma tímida,

questionam o projeto profissional da profissão em suas dimensões teórico-metodológica, ético-política, ideocultural e técnico-operativo da profissão.

Nos anos 2000, a conjuntura é abalada por crises financeiras (2001 e 2008), manifestadas pela lógica do “capitalismo das bolhas”, forma advinda do sistema institucional-político da mundialização financeira. “As crises financeiras traduzem no plano da objetividade contraditória do sistema, a fenomenologia da crise estrutural do capital. A financeirização expõe as novas manifestações da precarização estrutural do trabalho e da dinâmica social da proletariedade”. (ALVES, 2012, p. 1)

Continua esse autor, “Nos primórdios do século XXI, a destruição criativa do capital articula-se cada vez mais com a produção destrutiva das condições da reprodução social”. (Ib. Ibidem) que provoca novas disputas em torno da “questão social” e do papel a ser cumprido pelas Políticas Sociais.

Nesse contexto, assiste-se a diversas formas de precarização do trabalho e a capacidade de mobilização em torno de projetos coletivos se reduz. Com isso, surgem novos desafios na luta pela consolidação dos direitos da população usuária dos serviços sociais.

No Serviço Social, os anos 2000 representam o processo de engajamento nas lutas em defesa dos direitos sociais, e, internamente, nas lutas de afirmação do Projeto Ético-Político da profissão. Embora, se depreenda com uma conjuntura deveras adversa, “[...] os Programas de Pós-Graduação em Serviço Social se conformam no país e amplia uma produção de conhecimentos mais densa na área, a profissão ganha um novo estatuto”. (PRATES, 2013, p. 213)

Quando ao locus da pesquisa, o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social (PPGSS) da Universidade Federal da Paraíba foi criado em 1978, pela Resolução N° 202/77 do CONSUNI. Esse Programa já passou por algumas reformas estruturantes, em termos de linhas de pesquisa, carga horária e disciplinas com respectivas ementas. Mas, as áreas de concentração de Política Social e Fundamentação Teórico-prática do Serviço Social permaneceram até o ano de 2014, quando ocorreu a penúltima reestruturação do Programa.

Em janeiro de 2016, aconteceu a última regulamentação do PPGSS, aprovada através da Resolução N° 01/2016 do CONSEPE/UFPB que dispôs sobre a unificação das duas áreas de concentração, tornando-se Serviço Social e Política Social e contando com duas linhas de pesquisa: Serviço Social, Trabalho e Política Social; e Estado, Direitos

Sociais e Proteção Social. Portanto, merece registrar que a análise da produção do conhecimento gerada pelas Dissertações de Mestrado do PPGSS, por se dar dentro do corte temporal de 1982 a 2010, apresenta ainda a divisão dessas produções à luz das duas citadas áreas de concentração.

Os objetivos do PPGSS consistem em “[...] incentivar a pesquisa e a formação de pesquisadores; e Capacitar docentes e profissionais vinculados à prestação dos serviços sociais na compreensão dos diferentes processos e dimensões da realidade nacional e regional, para contribuir na fixação de políticas sociais” (UFPB, CCHLA, PPGSS, 2014).

O PPGSS/UFPB possui parcerias com Instituições de Ensino Superior brasileira (PUC-SP, UFRJ, FIOCRUZ, UFMS, UFRN, UFPE, UFAL, UEPB e UNIPÊ) e no exterior por meio do intercâmbio com a Espanha, Portugal, Alemanha, Suíça e México.

As parcerias de intercâmbios ampliam as discussões sobre temas relevantes ao Serviço Social, e, os estudos sobre as Políticas Sociais destacam produções sobre essa temática, analisadas sob os ângulos diferentes e interlocução com os mais variados campos do saber e autores e respectivas obras.

Política Social No Brasil: Análise Das Décadas De 1980, 1990 E 2000

A ditadura militar (1964 – 1985) expande a cobertura da política social no Brasil, numa dinâmica de expansão dos direitos sociais e restrição dos direitos civis e políticos, caracterizada como um processo de modernização conservadora. Tendo um sistema dual de das políticas sociais: pública e privada. Esse é o período de crescimento econômico, o chamado “milagre brasileiro”, com a introdução da produção em massa de bens de consumo duráveis, que vinha acontecendo desde 1955, para um consumo de massa restrito. Behring e Boschetti (2011, p. 135) elucidam que,

[...] apesar da aparente ausência de sincronia, o intenso salto econômico para diante promovido pela ditadura tem a ver com um projeto de intensa internacionalização da economia brasileira, aproveitando-se da necessidade imperiosa do capital de restaurar as taxas de crescimento dos esgotados ‘anos de ouro’ (BEHRING; BOSCHETTI, 2011, p. 135).

A partir de 1974, apresentam-se os primeiros sinais de esgotamento da ditadura militar, e os anos pós-74 são marcados por uma abertura lenta e gradual do regime no caminho para uma transição democrática. Esse se torna o contexto que marcará os anos

de 1980, um período de conquistas democráticas, mas também conhecido como a “década perdida” do ponto de vista econômico, por conta da crise do endividamento externo, que marca os países da América Latina, causando um empobrecimento generalizado, crises dos serviços públicos por conta do aumento da demanda e desemprego, além de um processo altamente inflacionário. “A grande novidade, portanto, era o processo de redemocratização, apesar da crise econômica, com seu forte conteúdo reformista, no sentido de desenhar na Constituição políticas orientadas pelos princípios da universalização, responsabilidade pública e gestão democrática”. (BEHRING, BOSCHETTI, 2011, p.144).

Na Nova República (1985/1989), instaurada logo após a ditadura militar, as políticas sociais mantêm a característica compensatória, seletiva, fragmentada, marcada por iniciativas baixas no enfrentamento da “questão social”. Um exemplo é o Programa do Leite, que foi criado durante o governo Sarney, deixando de implementar propostas de reestruturação das políticas públicas. Esse período é pautado por um grande debate acerca do desenho institucional das políticas públicas. Tendo destaque o Movimento de Reforma Sanitária, que influenciou a Assembleia Constituinte no processo do redesenho da Política Social da Saúde. O texto constitucional foi aprovado em outubro de 1988 e “[...] o complexo da seguridade social foi o que apresentou maiores avanços legais, considerando as tentativas de integrar os sistemas de saúde, previdência e assistência social”. (POCHMANN, 2004, p.88).

A vitória de Fernando Collor de Melo na primeira disputa presidencial direta em 1989 após o regime militar, marca a implementação dos ajustes neoliberais no Estado brasileiro. Todavia, esse processo é intensificado a partir de 1995 no governo de Fernando Henrique Cardoso, que ratificou a conforreforma do Estado.

Enquanto um conjunto de ideias conservadoras, o neoliberalismo, expande a liberdade e expansão do mercado, diminui o tamanho Estado, e aprofunda as desigualdades sociais. O Estado com vistas a contribuir com os interesses do capital cada vez mais passa a prosseguir no movimento de desresponsabilização social sob o discurso de que a implementação de Políticas Públicas ocorre de forma ineficiente, passando a legitimar as organizações da sociedade civil na gestão dos Programas de Proteção Social.

Em resumo, nos anos de 1990, as Políticas Sociais tornam-se privatizadas, focalizadas, seletivas e descentralizadas (BEHRING; BOSCHETTI, 2011) em um

contexto em que crescem as demandas sociais em face do aumento do desemprego, da pobreza e das desigualdades sociais.

O novo desenvolvimentismo surge no século XXI após o neoliberalismo experimentar sinais de esgotamento. As diretrizes estratégicas do neodesenvolvimentismo são o crescimento econômico com menor desigualdade, maior eficiência das instituições do governo e maior eficiência dos mercados em que o foco são as políticas macroeconômicas. Alinhado a esse processo, os anos 2000 em toda América Latina vivenciaram a acessão dos governos ditos progressistas.

No Brasil, a chegada do Partido dos Trabalhadores ao poder central significou um marco histórico para o país, onde um ex-operário alcança a presidência. Essa ascensão de Lula ao poder central se inscreve num momento de retrocesso da organização da classe trabalhadora, e contou com alianças políticas que representam interesses diferentes. Esse governo continua com posições que reafirmam o processo ocorrido durante o governo FHC, segundo Cantalice,

A defesa da estabilidade econômica, o compromisso do orçamento com a sustentação dos liames do capital financeiro e, por outro lado, apesar do alarme midiático do governo acerca do gasto na área social com suas políticas compensatórias, os registros do parco investimento direto em políticas sociais demonstram nitidamente a direção a direção político-econômica desse governo. (CANTALICE, 2009, p. 10).

A marca das políticas sociais nesse período são a fragmentação, a seletividade e a centralidade da intervenção da extrema pobreza, mesmo com os avanços na proteção social com a Constituição Federal de 1988, e por alguns estatutos e legislações sociais. O que começou com FHC, foi intensificado com Lula, tendo como carro chefe de seu governo o Programa Fome Zero e o Programa Bolsa Família.

Nos governos petistas, o discurso adotado expressa a união entre o desenvolvimento econômico e desenvolvimento social como mecanismo de enfrentamento das expressões da “questão social”. Embasa-se na expansão do emprego e, em decorrência, a expansão do consumo. Assim, ao passo que os governos petistas investiam na economia e na livre circulação do mercado, tentaram promover programas sociais, com destaque os programas de transferência de renda, conferindo centralidade à Política de Assistência Social, cuja Política Nacional de Assistência Social – PNAS/2004 traz uma nova arquitetura e organização para essa política e a criação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Nesse contexto, as demais políticas sociais tornam-se alvos de transformações que as colocam como produto mercantil do capital, por meio das privatizações institucionais desde a década de 1990 e intensificadas nos anos 2000, como o sucateamento da educação básica e a privatização do ensino superior.

No item seguinte, passa-se a analisar os dados das dissertações vinculadas à área de concentração da Política Social durante os anos de 1982 a 2010.

Análises das Dissertações de Mestrado na Área de Política Social do PPGSS nos Anos de 1982 a 2010

A primeira Tabela, a seguir, traz os dados gerais referentes às dissertações de Mestrado Acadêmico, vinculadas às duas áreas de concentração: Fundamentos Teóricos – Prático do Serviço Social e Política Social, defendidas durante os anos de 1982 a 2010 no PPGSS/UFPB.

Tabela 01 - Frequência de ocorrências das Dissertações de Mestrado defendidas nas áreas de concentração Fundamentação teórico-prática do Serviço Social e Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Área de Concentração	Anos 80		Anos 90		Anos 2000*		Total	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Fundamentação Teórico-prática	11	37,9	15	22,4	25	18,1	51	21,7
Política Social	18	62,1	52	77,6	113	81,8	183	78,2
Total	29	100	67	100	138	100	234	100

*Nota: os anos 2000 correspondem às obras defendidas nos 2000 até 2010.

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Conforme demonstram os dados da Tabela 01, verifica-se a prevalência expressiva da área de concentração Política Social com 78,2% (183) dissertações defendidas, e conseqüentemente, 21,7% (51) restantes vinculam-se à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social. Quanto às décadas, observa-se que nos anos de 1980: há 29 obras defendidas, 62,1% (18) vinculam-se a área de concentração da Política Social e 37,9% (11) à área de Fundamentação Teórico-prática; nos anos de 1990, constata-se o crescimento da área da Política Social com 77,6% (52) e 22,4% (15) na área Fundamentação Teórico-prática, totalizando em 67 obras produzidas na referida década; e, nos anos 2000, há um total de 113 obras, deparando-se com a alta incidência de 81,8%

(113) dissertações vinculadas à área de concentração Política Social e 18,1% (25) à área de Fundamentação Teórico-Prática do Serviço Social.

Esse significativo percentual de produções acadêmicas em torno das Políticas Sociais no PPGSS/UFPB expressa uma tendência investigativa do Serviço Social brasileiro, já constatado em inúmeras pesquisas e publicações. A interlocução do Serviço Social com as Políticas Sociais no Brasil inicia nas três últimas décadas do século XX e, no início do século XXI, essa relação consolida-se. Quanto ao avanço no debate entre Serviço Social e Política Social,

Isso pode ser explicado pela alteração nos sistemas de proteção social brasileiros, após o retorno do país ao Estado de Direito, em 1985 [...] Estabelece-se um amplo processo de produção de conhecimento em torno da política social, que tem se constituído em um pilar central na consolidação do Serviço Social como área de conhecimento no campo das ciências sociais. Este fato favoreceu tanto a inserção da profissão e de seus profissionais no embate político da sociedade brasileira como, também, a discussão sobre a intervenção profissional dos assistentes sociais no terreno da política social. (MIOTO; NOGUEIRA, 2013, p.62).

Essa aproximação do processo do conhecimento em Serviço Social no campo das Políticas Sociais contribui para o amadurecimento intelectual e metodológico dos assistentes sociais frente às múltiplas expressões da “questão social” que se apresentam durante as três décadas contempladas nesta pesquisa, perpassadas pelas mudanças e transformações que a sociedade tardo-burguesa sofre, repercutindo na reprodução da vida social e trazendo novas temáticas para a profissão.

Tabela 02 – Frequência de ocorrências das áreas de conhecimento das Dissertações de Mestrado vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016– 2017.

Área de conhecimento	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Serviço social	08	44,4	22	42,3	44	38,9	74	40,4
Saúde	01	5,5	03	5,7	28	24,7	32	17,4
Sociologia urbana	04	22,2	09	17,3	12	10,6	27	14,7
Sociologia do trabalho	02	11,1	06	11,5	11	9,7	19	10,3
Sociologia rural	02	11,1	08	15,3	04	3,5	14	7,6
Educação	-	-	03	5,7	09	7,9	12	6,5
Direitos humanos	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Psicologia	01	5,5	01	1,9	-	-	02	01
Não identificado	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5

Total	18	100	52	100	113	100	183	100
-------	----	-----	----	-----	-----	-----	-----	-----

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982-2010.

A leitura da Tabela 02 aponta que as Áreas de Conhecimento identificadas nas Dissertações estão agrupadas em oito grupos do saber: a maior incidência recai no *Serviço Social* com o total de 40,4% (74) dissertações, sendo que: na década de 80, registra-se a incidência de 44,4% (08) dessa área; na década de 1990 uma diminuição com 42,3% (22) obras; e nos anos 2000 também uma queda com 38,9% (44). Em seguida, evidencia a área da *Saúde* com 17,4% (32) dissertações totais, sendo: nos anos de 1980 com 5,5% (01); na década de 1990 com 5,7% (03); e nos anos 2000, dá-se um aumento notável dessa área com 25,7% (28) obras, por ser essa uma das áreas que mais empregam os assistentes sociais.

A área da *Sociologia Urbana* com 14,7% (27) que incide nos anos de 1980 com 22,2% (04); com 17,3% (09) nos anos de 1990; e uma queda nos anos 2000 com 10,6% (12). Pode-se constatar que a maior incidência dessa área recai nos anos de 1980, por ser essa década marcada por várias reivindicações dos movimentos populares urbanos no processo de redemocratização. Seguindo-se da *Sociologia do Trabalho* que conta com um total de 10,3% (19) das obras, sendo: 11,1% (02) nos anos 80; 11,5% (06) nos anos 90; e 9,7% (11) nos anos 2000. Seguidamente destaca-se a *Sociologia Rural* com um total de 7,6% (14), com maior incidência nos anos de 1990, com 15,3% (08) obras; nos anos de 1980 com 11,1% (02); e nos anos 2000 diminui a sua incidência com 3,5% (04).

A seguir, a área da *Educação* com um total de 6,5% (12), não se registram dissertações defendidas na década de 1980; em 1990 com 5,7% (03); e nos anos 2000 com 7,9% (09). Logo após, a área de *Direitos Humanos* com o total de 2,1% (04), que se concentram nos anos de 2000. Seguidamente, evidencia-se a área da *Psicologia* com 1% (2) das dissertações, sendo: 1 (uma) nos anos de 1980; e uma nos anos de 1990; e nenhuma nos anos 2000. E uma dissertação sem a identificação da área de conhecimento, defendida nos anos 2000.

Evidencia-se que o *Serviço Social*, segundo Netto (1996, p.12) “[...] enquanto profissão, não é uma ciência nem dispõe de teoria própria [...], mas por atuar na realidade social, dialogam com outras áreas de conhecimento e produzem conhecimento [...] de natureza teórica, incorporáveis pelas ciências sociais e humanas.” Explica-se, assim, o diálogo com oito áreas do conhecimento, nas dissertações produzidas no PPGSS/UFPB.

Também se assinala a procura de profissionais de outras áreas para cursar o Mestrado Acadêmico em Serviço Social da UFPB.

Tabela 03 – Frequência de ocorrências dos campos das Políticas Sociais nas Dissertações de Mestrado, vinculadas à Área Política Social do PPGSS/UFPB. João Pessoa/PB, 2016-2017.

Campos da Política Social	Anos 80		Anos 90		Anos 2000		Total	
	N	%	N	%	N	%	N	%
Política da Saúde	01	5,5	05	9,6	23	20,3	29	15,8
Política da Criança e Adolescente	-	-	10	19,2	17	15	27	14,7
Política da Assistência Social	-	-	07	13,4	18	15,9	25	13,6
Política da Educação	03	37,5	07	13,4	09	7,9	19	10,3
Políticas Agrárias	02	11,1	10	19,2	04	3,5	16	8,7
Política da Habitação	04	22,2	03	5,7	01	0,8	08	4,3
Política da Pessoa Idosa	-	-	-	-	08	07	08	4,3
Política da Pessoa com Deficiência	-	-	-	-	07	6,1	07	3,8
Política de Saúde Mental	-	-	01	1,9	05	4,4	06	3,2
Política Social	03	16,6	01	1,9	01	0,8	05	2,7
Política sobre Drogas	-	-	-	-	04	3,5	04	2,1
Política para a Família	-	-	-	-	03	2,6	03	1,6
Política de Saúde do Trabalhador	01	5,5	01	1,9	01	0,8	03	1,6
Política da Previdência	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política da Segurança Pública	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Mulher	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política para Juventude	-	-	-	-	01	0,8	01	0,5
Política Cultural	-	-	01	1,9	-	-	01	0,5
Não Identificado	03	16,6	06	11,5	08	07	17	9,2
Total	18	100	52	100	113	100	183	100

Fonte: PPGSS/UFPB, 1982 – 2010.

Na Tabela 03 analisam-se os campos de atuação da Política Social, pesquisados no PPGSS/UFPB. Com a maior incidência, destaca-se a *Política de Saúde* com o total de 15,8% (28) obras, sendo: em 1980, uma dissertação defendida; nos anos de 1990, são 05; e nos anos de 2000 há um crescimento considerável com a defesa de 23 dissertações. Em seguida, aponta-se *Política da Criança e Adolescente* com um total de 14,7% (27), sendo que: não há dissertação defendida nos anos de 1980; nos anos de 1990, foram 10; e, na década de 2000, com 17. Seguidamente, tem-se a *Política de Assistência Social* com o total de 25, sem nenhuma incidência anos de 1980; nos anos de 1990 com 07 dissertações; e anos 2000, com 18, constatando o crescimento dessa Política, principalmente na Era

Lulista com a aprovação da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), em 2004. A seguir, a *Política de Educação* com um total de 19, sendo 03 nos anos 1980; 07 nos anos de 1990; e 09 dissertações defendidas nos anos 2000.

Logo após, tem-se o campo das *Políticas Agrárias* com um total de 16 dissertações, sendo: 02 na década de 1980; nos anos de 1990 há um crescimento com 10 obras; e anos 2000 essa incidência diminui drasticamente com 04 dissertações defendidas. Em seguida, cita-se a *Política de Habitação* com um total de 08 dissertações, com maior incidência dos anos de 1980 com 04 dissertações; nos anos de 1990, essa incidência diminui para 03; e nos anos 2000 com apenas 01 dissertação defendida. A *Política para a Pessoa Idosa* indica um total de 08 dissertações defendidas apenas nos anos 2000, portanto, sem nenhuma incidência nos anos de 1980 e 1990. A seguir, a *Política da Pessoa Com Deficiência* com 07 dissertações defendidas apenas nos anos 2000. A *Política da Saúde Mental* apresenta um total de 06 dissertações defendidas, sendo 01 na década de 1990; e 05 nos anos 2000.

Em seguida, registra-se o foco investigativo na *Política Social* com 05 dissertações que trazem uma discussão mais geral, por esse motivo não foram setorizadas como as demais. Nos anos de 1980, incide 03; tem-se uma diminuição nos anos 1990 com apenas uma; e também uma dissertação nos anos 2000.

As políticas com menor incidência são: *Política Sobre Drogas* 2,1% (04) obras; a *Política para a Família* com 1,6% (03); a *Política de Saúde do Trabalhador* também conta com 1,6% (03); com 0,5% (01) dissertação cada uma das seguintes políticas: a *Política da Previdência*, *Política de Segurança Pública*, *Política para a Mulher*, a *Política para a Juventude* e a *Política Cultural*. Registra-se 17 dissertações defendidas em que não foi possível identificar o campo da Política Social.

As políticas sociais setoriais são frutos da totalidade do real que se apresenta ao assistente social em seu campo de atuação que reconfigura a necessidade de novas intervenções sobre as demandas sociais. Por isso a produção do conhecimento contribui para a compreensão dessas realidades, no intuito de subsidiar a perspectiva do profissional na sua intervenção.

Conclusão

Em termos conclusivos, constata-se que a produção do conhecimento na área do Serviço Social amplia-se nas últimas décadas, a partir do surgimento dos programas de pós-graduações, do reconhecimento dos órgãos de fomento à pesquisa e o desenvolvimento a ampliação da pesquisa. O crescimento dessa produção contribui com a própria profissão, desenvolvendo cada vez mais a criticidade, a maturidade intelectual e o aumento da massa crítica.

No tocante ao PPGSS/UFFP, pode-se afirmar que tem cumprido o seu papel em analisar a realidade concreta que se apresenta nas determinações sócio-históricas, uma vez que o Serviço Social tem contribuído com a formação política, cultural, social etc.

Verificou-se o crescimento das dissertações de mestrado vinculadas à área de concentração da Política Social. Quanto aos objetos de análises dessas dissertações, comprovou-se que estão alinhados com os determinantes históricos das três décadas contempladas nesta pesquisa, demonstrando que os assistentes sociais estão intensificando as pesquisas nessa área para compreender, analisar e dar respostas concretas as demandas sociais postas, que são demandadas nos seus espaços ocupacionais.

Referências

ALMEIDA, Bernadete de Lourdes Figueiredo de. **O Processo de Produção do Conhecimento do Serviço Social à Luz do Legado da Modernidade à Emergência da Pós-Modernidade**: o estado da arte das Dissertações de Mestrado do PPGSS/UFPB. João Pessoa: UFPB/ CCHLA/ DSS/ PPGSS/ SEPACOPS, 2016. (Projeto de Pesquisa e Plano de Trabalho).

ALVES, Giovanni. **A crise estrutural do capital e sua fenomenologia histórica**. São Paulo: Boitempo, 2012. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2012/09/21/a-crise-estrutural-do-capital-e-sua-fenomenologia-historica/>>. Acesso em: 19 jan. 2018.

BEHRING, Elaine Rossetti; BOSHETTI, Ivanete. **Política Social: fundamentos e história**. São Paulo: Cortez, 2011.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **Projeto Ético- Político do Serviço Social Brasileiro**: as teses da crise, da (possível) dissolução da hegemonia e da viabilidade histórica. Rio de Janeiro: PPGSS/UERJ, 2009.

JAMESON, Fredric. **Pós-Modernismo**: a lógica cultural do capitalismo tardio. 2. ed. São Paulo: Ática, 2007.

GUERRA, Yolanda. A pós-graduação em Serviço Social no Brasil: um patrimônio a ser preservado. **Temporalis**, Brasília (DF), ano 11, n. 22, p. 125-158, jul./dez. 2011.

KAMEYAMA, Nobuco. A Trajetória da Produção de Conhecimento em Serviço Social: avanços tendências (1995 a 1997). **Cadernos ABESS**, São Paulo: Associação Brasileira de Ensino de Serviço Social. Diretrizes Curriculares e Pesquisa em Serviço Social, n. 8, p. 33-76, 1998.

MIOTO, Regina Celia Tamasso; NOGUEIRA Vera Maria Ribeiro. Política Social e Serviço Social: os desafios da intervenção profissional. **Katálisis**, Florianópolis v.16 nº. esp., p. 61-71, 2013.

NETTO, José Paulo. Transformações societárias e Serviço Social: Notas para uma análise prospectiva da profissão no Brasil. **Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, ano 17, n. 50, p. 87–132, abr. 1996.

PRATES, Jane Cruz. A produção de conhecimentos e a contribuição dos periódicos para o amadurecimento teórico do Serviço Social. **Textos & Contextos**, Porto Alegre, v. 12, n. 2, p. 213 - 220, jul./dez. 2013.

POCHMANN, Marcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA/CONSELHO SUPERIOR DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. **Resolução Nº 46/2014**. João Pessoa: UFPB/CONSEPE, 12 nov. 2014.

WOOD, Ellen Meiksins. O que é a agenda “pós-moderna”? In: FOSTER, John Bellamy (Orgs.). **Em defesa da História: marxismo e pós-modernismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

YASBEK, Maria Carmelita. Fundamentos Históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social. In: SERVIÇO social: direitos e competências profissionais. Brasília-DF: CEFESS/ABEPSS, 2009. p. 144-163.